

SANCTONO & Presente Lei. CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

Þ ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594 CEP 79370-000 - LADÁRIO - MS

LEI Nº 576/94

"DISPTE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 1995 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

- ARTIGO 19 Ficam estabelecidas nos termos desta lei DIRETRIZES GERAIS, para a elaboração do Orçamento Geral do Município, relativo ao exercício de 1995, no âmbito da esfera do GOVERNO MUNICIPAL.
- ARTIGO 29 No Projeto de Lei Orçamentária, as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços <mark>estimados de</mark> acordo com a variação prevista. <mark>levando em</mark> consideração os índices de crescimento do últimos três exercícios financeiros, como também as tendências do presente exercício, os serviços públicos necessários, as revisões tributárias decorrentes da legislação em vigor.
 - PARAGRAFO 19 As unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o exercício a preços de julho/94, considerando-se o aumento ou a diminuições de serviços.
 - PARAGRAFO 29 A Lei Orçamentária estimará os valores da Receita e fixará os valores das Despesas a preços de julho <mark>de 1994 e</mark> aplicará o índice de reajuste correspondente a variação do INPC/IBGE Indice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE ou outro índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal para apuração da inflação, ocorrida no período de julho a dezembro de 1994.

PARAGRAFO 39 - As dotações consignadas a fundos especiais e fundações de Ladário,

By adalh on 2024-04-19Tul 3: 20:30



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS



obedecerão as normas do presente artigo e seus parágrafos.

ARTIGO 39 - As despesas com Pessoal e Encargos Sociais ficarão sujeitos aos limites estabelecidos na Constituição Federal, em seu Artigo 169, combinado com o Artigo 38 das Disposições Constitucionais Transitórias.

ARTIGO 49 - As despesas de Custeio não poderão ter aumento superior a variação do índice oficial de inflação em relação a despesa estimada para 1994, salvo no caso de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade ou de novas atribuições recebidas no exercício de 1994 ou no decorrer de 1995.

PARAGRAFO 19 - Ressalvados os casos de transferências a entidades sem fins lucrativos, devidamente cadastradas no Conselho Nacional de Serviços Social, no Estado e reconhecidas de utilidade pública, devidamente decretados pelo Prefeito, observando-se as disposições do Artigo 190 da Constituição Federal e no Parágrafo 29 do Artigo 176 da Constituição Estadual e demais dispositivos da Lei Orgânica do Município.

PARAGRAFO 2º - A despesa com cooperação técnica e financeira ou contra-partida em convênios, far-se-à em categoria de programação específica, classificadas exclusivamente como transferências inter-governamentais ou nas dotações próprias, se o patrimônio for conduzido ao acervo municipal.

ARTIGO 59 - O orçamento do município conterá, obrigatoriamente:

PARAGRAFO 19 - Recursos destinados ao pagamento dos serviços da dívida municipal.



Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS



PARAGRAFO 29 - Recursos destinados ao poder Judiciário, para o cumprimento do que dispõe o artigo 100 e parágrafos da Constituição da República.

PARAGRAFO 30 - Recursos destinados ao pagamento das obrigações patronais inerentes a seu quadro de pessoal, assim entendido, Servidores Públicos Municipais e Funcionários Públicos Municipais.

ARTIGO 69 - O orçamento fiscal, abrangerá os poderes do município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

ARTIGO 72 - O montante das despesas do orçamento fiscal, não deverá ser superior ao das receitas.

PARAGRAFO ÚNICO - As despesas poderão excepcionalmente decorrer do exercício, superar as receitas, desde que o excesso das despesas sejam financiados por operações de créditos, nos termos do Artigo 167, Inciso III da Constituição Federal ou pela ocorrência do provável excesso de arrecadação prevista na legislação federal pertinente.

ARTIGO 89 - Para efeito do disposto no Artigo 169, parágrafo único da Constituição Federal, fica estabelecido que as despesas com Pessoal e Encargos Sociais respeitarão o limite fixado no Artigo 38 das Disposições Constitucionais Transitórias.

ARTIGO 9º - Ao município compete a arrecadação de -todos os tributos instituídos e determinados nas Constituições Federal, Estadual e na Lei Orgânica do Município.

ARTIGO 109- As transferências a entidades privadas, sem fins lucrativos, somente terão recursos inclusos na Lei Orçamentária Anual desde que:



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594 CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS



- I sejam considerados de Utilidade Pública Municipal;
- II sejam registrados no Conselho Nacional do Serviço;
- III atendam ao disposto no Artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal;
- IV sejam vinculadas a organismos internacionais autorizados a exercerem atividades no Território Nacional.
- ARTIGO 119- As receitas próprias de órgãos, fundos, inclusive fundações instituídas pelo Poder Público, serão programadas para atender, preferencialmente e respeitadas as pecularidades de cada um, gastos em pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização da dívida, contra-partida de financiamento e outros necessários à sua manutenção ou investimento prioritário, bem como a racionalização das despesas e obtenção de ganhos de produtividade no que couber.

SEÇÃO II DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

- ARTIGO 129- Na fixação das despesas serão observadas as seguinte prioridades:
 - I Na elaboração da proposta Orçamentária, a Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Governo, órgãos encarregados da elaboração do Orçamento ouvirão através das Secretarias Municipais correspondentes as prioridades para a Educação, Saúde, projetos Especiais, projetos em andamento, Obras em andamento e serviços de interesses do município, relacionados especialmente ao desenvolvimento regional à cultura, aos tributos sócioeconômicos, tendo participação garantida a Câmara Municipal e Entidades de classe representativas da comunidade.



Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS



- ARTIGO 139 A inclusão de operações de créditos no orçamento de 1995, somente serão consignadas até o valor autorizado em legislação específica ou consignadas em percentual, inclusive das despesas autorizadas por lei.
 - PARAGRAFO ÚNICO No decorrer do exercício nos termos do artigo 7º, parágrafo único, desta lei poderão ser incorporadas à receita, operações de créditos devidamente autorizadas inclusive do valor previsto bem como, as aplicações respectivas, respeitando o Inciso III, do artigo 167 da Cosntituição Federal vigente.
- ARTIGO 14 Ω O Poder Executivo, com amparo na constituição federal, fica autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita no exercício de 1995, para eventual cobertura de caixa.
- ARTIGO 159 O Poder Executivo providenciará, a fim de assegurar a programação de recursos, revisões tributarias vinculadas especialmente a:
- I Revisão da legislação de cadastramento imobiliário para efeitos do lançamento de IPTU/1995/1996;
- II Recadastamento dos contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, e aprimoramento no sistema de sua fiscalização e cobrança;
- III Reestruturação no sistema de avaliação imobiliária para cobrança do ITBI, em convênios a serem firmados com Estado, União e CREA;
- IV Controle da Circulação de Mercadorias, produzidas e comercializadas no município, para efeitos do crescimento do indice de participação no ICMS, GIA/DAME e outros em convênio com SEF/MS.
- V Amostragens populacionais periódicas, visando a obtenção de ganhos maiores nos recursos do Fundo de participação do Municípios-FPM distribuidos em função da receita da União, do imposto sobre Produtos Industrializados.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS



VI - Recuperação dos investimentos através da cobrança da Contribuição de Melhoria, determinada em Lei: Dívida Ativa Tributária e Não Tributária.

VII — Cobrança através das taxas de serviços prestados ou do exercício do Poder da Polícia, de custos autorizados em acordo com o direcionamento das despesas aplicadas na prestação dos serviços e nas demais atividades vinculadas aos contribuintes imobiliários, prestadores de serviços, comércio e indústria em geral.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTARIA

- ARTIGO 169 Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação do Orçamento Fiscal, a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação (projeto/atividade), indicando-se pelo menos, para cada uma, no seu menor nível:
 - I O orçamento a que pertence;
 - II A natureza das despesas, obedecendo as seguintes classificações:

a) Despesas Correntes

- 1 Pessoal e encargos sociais;
- 2 Material de Consumo;
- 3 Serviços de terceiros e encargos;
- 4 Juros e encargos da divida;
- 5 Outras despesas correntes, transferências, com clasificações;

b) Despesas de Capital

- 1 Investimentos:
- 2 Inversões Finaceiras;
- 3 Amortizações das Dívidas;
- 4 Outras despesas de capital, transferências, com classificações.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A classificação a que se refere o inciso II, do caput deste artigo, corresponderá aos agrupamentos dos elementos de natureza da



Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS



despesa, conforme a estrutura Orgânica do Município, definida na lei Orçamentária Anual;

PARAGRAFO SEGUNDO - As despesas e receita do orçamento fiscal serão apresentadas de forma sintética e agregada evidenciando o déficit ou superavit corrente, e o total do orçamento.

PARAGRAFO TERCEIRO - A Lei Orçamentária Anual incluirá dentre outros os demonstrativos:

I - Das receitas do orçamento fiscal obedecido ao previsto no artigo 29, parágrafo 19 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964;

II - Dos recursos a amparar o cumprimento .do desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no artigo 212, da Constituição Federal vigente, acatando integralmente o que determina a Lei Orgânica do Município no tocante ao ensino.

- a) Distribuição de material didático;
- c) Reforma, construção e ampliação das escolas;
- d) Fornecimento de bolsas de estudo;
- e) Transporte gratuito;
- f) Merenda escolar:
- g) Implantação gradual de pré-escolas e creches.

III - Dos recursos a serem repassados ao Fundo Municipal de Saúde, acatando os preceitos da Lei Orgânica do Município, além da estimativa dos recursos provenientes da prestação de serviços pelo sistema de saúde.

- a) Garantia de tratamentop odontológico noturno à classe trabalhadora em geral.
- b) Proporcionar assitência farmacêutica básica à população carente em programas definidos.

PARAGRAFO QUARTO - Além do disposto no caput deste artigo o resumo geral da despesas, do orçamento fiscal, será apresentado na forma do anexo 2, da lei 4.320/64 ou na forma determianda pela legislação complementar federal.





Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS



PARAGRAFO QUINTO - As categorias de programações serão identificadas segundo os órgãos e unidades orçamentarias por programa de trabalho, consolidando as funções, programas e sub-programas, por projetos e atividades conforme o vínculo de recursos, e finalmente, por órgões e funções.

PARAGRAFO SEXTO - As propostas de modificações ao Projeto de Lei Orçamentaria Anual, bem como aos projetos de créditos adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados com a forma e nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas na legislação complementar Federal, no que couber.

- ARTIGO 179 O Projeto de Lei Orçamentaria Anual, será apresentada com a forma e com o detalhamento descrito nesta lei, aplicando-se, no que couber, as demais disposições estatuídas pela legislação complementar Federal.
- ARTIGO 189 A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentaria á Cāmara Municipal deverá:
 - I Informar os dados relacionados aos projetos de investimentos, de forma a identificar os objetivos a serem especificados no Plano Plurianual de Investimentos do Município.
- ARTIGO 199 A abertura de créditos adicionais indicará obrigatoriamente as fontes de recursos pertinentes.
- ARTIGO 200 As prestações de contas anuais do município, incluirá relatórios de execução sintetizados, com a forma de detalhes apresentados na Lei Orçamentaria Anual.

CAPÍTULO IV DOS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 219 - O Fundo Municipal de Saúde suprirá recursos para o atendimento ao Conselho Municipal de Saúde.





Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS



ARTIGO 220 - Será elaborado para cada Fundo Especial Municipal:
FUNDO DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, FUNDO DE SGURIDADE SOCIAL,
FUNDO DE EDUCAÇÃO, um plano, cujo conteúdo sera o
seguinte:

I — Serão indicadas fontes dos recursos financeiros, determinados na lei de criação classificadas nas categorias econ \otimes micas, receita correntes e receitas de capital.

II - Aplicação onde serão discriminadas:

- a) As ações que serão desenvolvidas através do fundo:
- b) Os recursos destiandos ao cumprimento das metas, das ações, classificadas sob as categorias econômicas, despesas correntes e despesas de capital.

PARAGRAFO ÚNICO - os planos de aplicações serão parte integrante do orçamento do município.

ARTIGO 239 - O orçamento dos Fundos e Fundações observará, na sua elaboração, as normas da Lei 4320 de 17 de março de 1964, quanto as classificações a serem adotadas para suas receitas e despesas.

ARTIGO 249 - Na elaboração do orçamento de investimentos serão observadas as diretrizes de que trata esta secão.

ARTIGO 250 - As receitas e gastos da entidade mencionada nesta secão serão estimados e programados de acordo com as dotações previstas no orçamento central.

PARAGRAFO ÚNICO - Na estimativa das receitas e gastos, além dos fatores conjunturais que possam influenciar as produtividades das respectivas fontes, será considerada a carga de trabalho estimada.





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594 CEP 79370-000 - LADÁRIO - MS



- ARTIGO 269 Ocorrendo a municipalização da exploração dos serviços de água e esgoto serão providenciados, através de autorização legislativa, as adaptações ao orçamento geral do município.
- ARTIGO 279 Ocorrendo a criação do Fundo Municipal, instituto, autarquia ou empresa pública, deverá a lei que o instituir, estabelecer as medidas necessárias para sua adequação ao Orçamento Programa do Município.
- ARTIGO 289 Caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação a elaboração do orçamento geral do município, articulando-se com as demais unidades que integram o Poder Executivo.
- ARTIGO 299 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario e respeitada a observância das normas Federais Complementares e/ou superveniente.

Ladário-MS, 21 de dezembro de 1994.

Nivalde Paes Rodrigues

Fresidente

19 Secretário

Almeida

Vice-Fresidente



Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS



METAS E PRIORIDADES

	PROGRAMAS	OBJETIVOS
01 01.01	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES Manutenção das Atividades Legislativas	Propiciar condições a Câmara Municipal de atender suas funhções legislativas e fiscalizadoras, mediante um aparelho adequado na elaboração de leis e Decretos e outros instrumentos pertinentes ao Processo Legislativo
01.02	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito	Manter as atividades do Gabinete do Prefeito dando con dições adequadas para o desempenho das atribuições do Executivo
01.03	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Finanças	Estabelecer condições básicas de estrutura administrativa para o funcionamento das demais secretarias
01.04	Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação Cultura e Esportes	Desenvolver condições para manutenção das Escolas Municipais
01.05	Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde	Propiciar condições básicas para o atendimento aos serviços básicos do município.
01.06	Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	Propiciar condições para manter os serviços básicos de saneamento do município bem como condições para desenvolver obras a cargo da secretaria.
01.07	Manutenção das Atividades da Secretaria de Ação Social	Implementar aas ações na área social desenvolvidas quer seja pelo Governo Estadual ou Federal
01.08	Reestruturação Administrativa	A Administração Municipal requer sua modernização face as novas diretrizes constitucionais, motivo pelo qual é necessário uma reestruturação Administrativa
01.09	Encargos Gerais do Município	Dotar os recursos para atendimento as amortizações das dívidas

contratadas do município



Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS



01.10	Implantação dos Serviços de Informática	Implementar a implantação da informática nos serviços do município, dando maior agilidade administrativa
01.11	Aperfeiçoamento de recursos humanos do município	Melhoria de habilitação do pessoal nas mais diversas áreas da administração pública, dando condições para melhor desempenho de suas atribuições
01.12	Atendimento Médico-Odontológico na área Educacional	Prestar atendimento Médico-Odontológico aos educandos visando melhor desenvolvimento físico e, em consequência melhorando o aproveitamento escolar
01.13	Manutenção do Sistema SUS	Implementar com recursos municipais as ações do Sistema SUS
01.14	Aquisição de Farmácias Básicas	Propiciar aos mais carentes o acesso aos medicamentos básicos
01.15	Campanhas de vacinação para erradicação de doenças transmissíveis	Complementar as ações de outras esferas de Governo ou desenvol ver programas próprios de vacinação
01.16	Sistema de Saneamento Básico	Prover o município de saneamento básico visando a melhoria das condições saúde e higiene
01.17	Manutenção dos Sistema de Vigilância Sanitária	Atender as necessidades da população quanto a saúde dos alimen tos e higiene dos estabelecimentos
01.18	Programas de incentivo ao esporte amador	Desenvolver o esporte amador em várias modalidades propiciando um melhor desenvolvimento físico a juventude
01.19	Manutenção da Comissão Municipal de Esportes	Dotar a Comissão Municipal de Esportes de meios para o desenvolvimento de suas atividades
01.20	Construção de parques Infantis em Bairros e Distritos	Oferecer as crianças locais apropriados ao lazer, recreação e convivência social
01.21	Construção de Creches	Oferecer melhores condições as crianças de mães que tenham que concorrer com o seu trabalho
01.22	Construção de casas por mutirão	Propiciar condições de moradia a população carente
01.23	Campanhas de promoção para carentes	Desenvolver junto a comunidade campanhas promocionais para

melhoria de vida de pessoas carentes do município.



Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS

1155706715		
01.25	Construção de praças e logradouros em Bairros e Distritos	Dotar os logradouros públicos, os Bairros e Distritos em condições para lazer e entretimento
01.26	Manutenção das Estradas Vicinais	Permitir condições de manutenção e expansão das estradas vicinais do município
01.27	Manutenção e ampliação do Parque Rodoviário	Permitir ao Poder Executivo os recursos para a manutenção e aquisição de maquinários para atendimento dos interesses municipais
01,28	Melhorias nos acessos ao propriedades rurais e Estradas Vicinais	Dentro das possibilidades atender aos proprietários rurais na melhoria dos acessos as suas propriedades
01.29	Complementação da Merenda Escolar	Prover meios para suprir eventuais falhas nos sistemas nacional de merenda escolar e melhorar suas condições de fornecimento
01.30	Manutenção das Escolas Municipais	Permitir ao Excutivo Municipal condições de prover a permanente assitência e manutenção da Rede Escolar Municipal
01.31	Programa de Afabetização de Joves e Adultos	Dotar as escolas municipais meios para o funcionamento de cursos que possibilitem aos jovens e adultos a alfabetização
01.32	Cursos profissionalizantes para menores	Propiciar melhores condições de mão-de-obra para menores municipais
01.33	Cursos de reciclagem e capacitação na área educacional	Propiciar melhores qualificações para o Corpo Docente
01.34	Urbanização de Logradouros Públicos	Complementar a arborização nas vias urbanas e praças públicas e promover construção de calçadas Urbanização e construção da praça no final da Rua Dom Pedro II.
01.35	Pavimentação de Vias Urbanas	Prover meios o Poder Executivo Municipal para a execução de um plano de pavimentação que seja viável para o município Pavimentação de acesso do Porto entre as Ruas Dom Pedro II e Conde Azambuja.
01.36	Manutenção de serviços básicos da cidade	Suprimento permanente de necessidade para a manutenção de serviços básicos da cidade, propiciando atendimento e melhoria
01.37	Aquisição de Equipamentos de limpera pública	Provimento de recursos próprios para manutenção da estrutura de limpeza urbana
01.38	Programa de conservação Ambiental	Desenvolver atividades no sentido de educar os investimentos

na manutenção e controle do meio ambiente





Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS

LEI Nº 576/94

"DISPŒE SOBRE AS DIRETRIZES ORGAMENTARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 1995 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

- ARTIGO 19 Ficam estabelecidas nos termos desta lei as DIRETRIZES GERAIS, para a elaboração do Orçamento Geral do Município, relativo ao exercício de 1995, no âmbito da esfera do GOVERNO MUNICIPAL.
- ARTIGO 29 No Projeto de Lei Orçamentária, as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços estimados de acordo com a variação prevista. levando em consideração os índices de crescimento do últimos três exercícios financeiros, como também as tendências do presente exercício, os serviços públicos necessários, as revisões tributárias decorrentes da legislação em vigor.
 - FARAGRAFO 19 As unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o exercício a preços de julho/94, considerando-se o aumento ou a diminuições de serviços.
 - PARAGRAFO 29 A Lei Orçamentária estimará os valores da Receita e fixará os valores das Despesas a preços de julho de 1994 e aplicará o índice de reajuste correspondente a variação do INPC/IBGE Indice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE ou outro índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal para apuração da inflação, ocorrida no período de julho a dezembro de 1994.
 - PARAGRAFO 39 As dotações consignadas a fundos especiais e fundações de Ladário,



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS

obedecerão as normas do presente artigo e seus parágrafos.

- ARTIGO 30 As despesas com Pessoal e Encargos Sociais ficarão sujeitos aos limites estabelecidos na Constituição Federal, em seu Artigo 169, combinado com o Artigo 38 das Disposições Constitucionais Transitórias.
- ARTIGO 40 As despesas de Custeio não poderão ter aumento superior a variação do índice oficial de inflação em relação a despesa estimada para 1994, salvo no caso de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade ou de novas atribuições recebidas no exercício de 1994 ou no decorrer de 1995.
 - PARAGRAFO 19 Ressalvados os casos de transferências a entidades sem fins lucrativos, devidamente cadastradas no Conselho Nacional de Serviços Social, no Estado e reconhecidas de utilidade pública, devidamente decretados pelo Frefeito, observando-se as disposições do Artigo 190 da Constituição Federal e no Parágrafo 29 do Artigo 176 da Constituição Estadual e demais dispositivos da Lei Orgânica do Município.
 - PARAGRAFO 29 A despesa com cooperação técnica e financeira ou contra-partida em convênios, far-se-à em categoria de programação específica, classificadas exclusivamente como transferências inter-governamentais ou nas dotações próprias, se o patrimônio for conduzido ao acervo municipal.



Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS

PARAGRAFO 29 - Recursos destinados ao poder Judiciário, para o cumprimento do que dispõe o artigo 100 e parágrafos da Constituição da República.

PARAGRAFO 32 - Recursos destinados ao pagamento das obrigações patronais inerentes a seu quadro de pessoal, assim entendido, Servidores Públicos Municipais e Funcionários Públicos Municipais.

ARTIGO 69-0 orçamento fiscal, abrangerá os poderes do município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

ARTIGO 79 - O montante das despesas do orçamento fiscal, não deverá ser superior ao das receitas.

PARAGRAFO ÓNICO - As despesas poderão excepcionalmente decorrer do exercício, superar as receitas, desde que o excesso das despesas sejam financiados por operações de créditos, nos termos do Artigo 167, Inciso III da Constituição Federal ou pela ocorrência do provável excesso de arrecadação prevista na legislação federal pertinente.

ARTIGO 89 - Para efeito do disposto no Artigo 169, parágrafo único da Constituição Federal, fica estabelecido que as despesas com Pessoal e Encargos Sociais respeitarão o limite fixado no Artigo 38 das Disposições Constitucionais Transitórias.

ARTIGO 99 - Ao município compete a arrecadação de todos os tributos instituídos e determinados nas Constituições Federal, Estadual e na Lei Orgânica do Município.

ARTIGO 102- As transferências a entidades privadas, sem fins lucrativos, somente terão recursos inclusos na Lei Orçamentária Anual desde que:



Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS

- I sejam considerados de Utilidade Pública Municipal;
- III atendam ao disposto no Artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal;
 - IV sejam vinculadas a organismos internacionais autorizados a exercerem atividades no Território Nacional.
- ARTIGO 119- As receitas próprias de órgãos, fundos, inclusive fundações instituídas pelo Poder Público, serão programadas para atender, preferencialmente e respeitadas as pecularidades de cada um, gastos em pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização da dívida, contra-partida de financiamento e outros necessários à sua manutenção ou investimento prioritário, bem como a racionalização das despesas e obtenção de ganhos de produtividade no que couber.

SEÇÃO II DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

- ARTIGO 129- Na fixação das despesas serão observadas as seguinte prioridades:
 - I Na elaboração da proposta Orçamentária, a Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Governo, órgãos encarregados da elaboração do Orçamento ouvirão através das Secretarias Municipais correspondentes as prioridades para a Educação, Saúde, projetos Especiais, projetos em andamento, Obras em andamento e serviços de interesses do município, relacionados especialmente ao desenvolvimento regional à cultura, aos tributos sócio-econômicos, tendo participação garantida a Câmara Municipal e Entidades de classe representativas da comunidade.



Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS

- ARTIGO 139 A inclusão de operações de créditos no orçamento de 1995, somente serão consignadas até o valor autorizado em legislação específica ou consignadas em percentual, inclusive das despesas autorizadas por lei.
 - PARÁGRAFO ÚNICO No decorrer do exercício nos termos do artigo 7Ω, parágrafo único, desta lei poderão ser incorporadas à receita, operações de créditos devidamente autorizadas inclusive do valor previsto bem como, as aplicações respectivas, respeitando o Inciso III, do artigo 167 da Cosntituição Federal vigente.
- ARTIGO 149 O Poder Executivo, com amparo na constituição federal, fica autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita no exercício de 1995, para eventual cobertura de caixa.
- ARTIGO 159 O Poder Executivo providenciará, a fim de assegurar a programação de recursos, revisões tributarias vinculadas especialmente a:
- I Revisão da legislação de cadastramento imobiliário para efeitos do lançamento de IPTU/1995/1996;
- II Recadastamento dos contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, e aprimoramento no sistema de sua fiscalização e cobrança;
- III Reestruturação no sistema de avaliação imobiliária para cobrança do ITBI, em convênios a serem firmados com Estado, União e CREA;
- IV Controle da Circulação de Mercadorias, produzidas e comercializadas no município, para efeitos do crescimento do indice de participação no ICMS, GIA/DAME e outros em convênio com SEF/MS.
- V Amostragens populacionais periódicas, visando a obtenção de ganhos maiores nos recursos do Fundo de participação do Municípios-FPM distribuidos em função da receita da União, do imposto sobre Produtos Industrializados.



Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS

VI - Recuperação dos investimentos através da cobrança da Contribuição de Melhoria, determinada em Lei: Dívida Ativa Tributária e Não Tributária.

VII — Cobrança através das taxas de serviços prestados ou do exercício do Poder da Polícia, de custos autorizados em acordo com o direcionamento das despesas aplicadas na prestação dos serviços e nas demais atividades vinculadas aos contribuintes imobiliários, prestadores de serviços, comércio e indústria em geral.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTARIA

- ARTIGO 169 Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação do Orçamento Fiscal, a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação (projeto/atividade), indicando-se pelo menos, para cada uma, no seu menor nível:
 - I O orçamento a que pertence;
 - II A natureza das despesas, obedecendo as seguintes classificações:

a) Despesas Correntes

- 1 Pessoal e encargos sociais;
- 2 Material de Consumo;
- 3 Serviços de terceiros e encargos;
- 4 Juros e encargos da dívida;
- 5 Outras despesas correntes, transferências, com clasificações;

b) Despesas de Capital

- 1 Investimentos;
- 2 Inversões Finaceiras:
- 3 Amortizações das Dívidas:
- 4 Outras despesas de capital, transferências, com classificações.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A classificação a que se refere o inciso II, do caput deste artigo, corresponderá aos agrupamentos dos elementos de natureza da



Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS

despesa, conforme a estrutura Orgânica do Município, definida na lei Orçamentária Anual:

PARAGRAFO SEGUNDO — As despesas e receita do orçamento fiscal serão apresentadas de forma sintética e agregada evidenciando o déficit ou superavit corrente, e o total do orçamento.

PARAGRAFO TERCEIRO - A Lei Orçamentária Anual incluirá dentre outros os demonstrativos:

I — Das receitas do orçamento fiscal obedecido ao previsto no artigo 29, parágrafo 19 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964;

II - Dos recursos a amparar o cumprimento do desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no artigo 212, da Constituição Federal vigente, acatando integralmente o que determina a Lei Orgânica do Município no tocante ao ensino.

- a) Distribuição de material didático;
- c) Reforma, construção e ampliação das escolas;
- d) Fornecimento de bolsas de estudo;
- e) Transporte gratuito;
- f) Merenda escolar:
- q) Implantação gradual de pré-escolas e creches.

III - Dos recursos a serem repassados ao Fundo Municipal de Saúde, acatando os preceitos da Lei Orgânica do Município, além da estimativa dos recursos provenientes da prestação de serviços pelo sistema de saúde.

- a) Garantia de tratamentop odontológico noturno à classe trabalhadora em geral.
- b) Proporcionar assitência farmacêutica básica à população carente em programas definidos.

PARAGRAFO QUARTO - Além do disposto no caput deste artigo o resumo geral da despesas, do orçamento fiscal, será apresentado na forma do anexo 2, da lei 4.320/64 ou na forma determianda pela legislação complementar federal.



Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS

PARAGRAFO QUINTO - As categorias de programações serão identificadas segundo os órgãos e unidades orçamentarias por programa de trabalho, consolidando as funções, programas e sub-programas, por projetos e atividades conforme o vínculo de recursos, e finalmente, por órgões e funções.

PARAGRAFO SEXTO - As propostas de modificações ao Projeto de Lei Orçamentaria Anual, bem como aos projetos de créditos adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados com a forma e nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas na legislação complementar Federal, no que couber.

- ARTIGO 179 O Projeto de Lei Orçamentaria Anual, será apresentada com a forma e com o detalhamento descrito nesta lei, aplicando-se, no que couber, as demais disposições estatuídas pela legislação complementar Federal.
- ARTIGO 189 A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentaria á Cāmara Municipal deverá:
 - I Informar os dados relacionados aos projetos de investimentos, de forma a identificar os objetivos a serem especificados no Plano Plurianual de Investimentos do Município.
- ARTIGO 192 A abertura de créditos adicionais indicará obrigatoriamente as fontes de recursos pertinentes.
- ARTIGO 202 As prestações de contas anuais do município, incluirá relatórios de execução sintetizados, com a forma de detalhes apresentados na Lei Orçamentaria Anual.

CAPÍTULO IV DOS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 219 - O Fundo Municipal de Saúde suprirá recursos para o atendimento ao Conselho Municipal de Saúde.



Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS

ARTIGO 220 - Será elaborado para cada Fundo Especial Municipal:
FUNDO DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, FUNDO DE SGURIDADE SOCIAL,
FUNDO DE EDUCAÇÃO, um plano, cujo conteúdo sera o
sequinte:

I — Serão indicadas fontes dos recursos financeiros, determinados na lei de criação classificadas nas categorias econ \Im micas, receita correntes e receitas de capital.

II - Aplicação onde serão discriminadas:

- a) As ações que serão desenvolvidas através do fundo:
- b) Os recursos destiandos ao cumprimento das metas, das ações, classificadas sob as categorias econômicas, despesas correntes e despesas de capital.

PARAGRAFO ÚNICO - os planos de aplicações serão parte integrante do orçamento do município.

ARTIGO 23º - O orçamento dos Fundos e Fundações observará, na sua elaboração, as normas da Lei 4320 de 17 de março de 1964, quanto as classificações a serem adotadas para suas receitas e despesas.

ARTIGO 249 - Na elaboração do orçamento de investimentos serão observadas as diretrizes de que trata esta secão.

ARTIGO 259 - As receitas e gastos da entidade mencionada nesta secão serão estimados e programados de acordo com as dotações previstas no orcamento central.

PARAGRAFO ÚNICO — Na estimativa das receitas e gastos, além dos fatores conjunturais que possam influenciar as produtividades das respectivas fontes, será considerada a carga de trabalho estimada.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594 CEP 79370-000 - LADÁRIO - MS

- ARTIGO 269 Ocorrendo a municipalização da exploração dos serviços de água e esgoto serão providenciados, através de autorização legislativa, as adaptações ao orçamento geral do município.
- ARTIGO 279 Ocorrendo a criação do Fundo Municipal, instituto, autarquia ou empresa pública, deverá a lei que o instituir, estabelecer as medidas necessárias para sua adequação ao Orçamento Programa do Município.
- ARTIGO 289 Caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação a elaboração do orçamento geral do município, articulando-se com as demais unidades que integram o Poder Executivo.
- ARTIGO 292 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario e respeitada a observância das normas Federais Complementares e/ou superveniente.

Ladário-MS, 21 de dezembro de 1994.

Presidente

Nivaldo Paes Rodrigues — Antonio Bandeira de Moura Neto 19 Secretário

Terezinha Bezerra Almeida Vice-Presidente

Luiz Capurro Braga 29 Secretário



Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594
CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS

METAS E PRIORIDADES

M 45 TO THE RE AN AD AD	PROGRAMAS	OBJETIVOS
01 01.01	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES Manutenção das Atividades Legislativas	Propiciar condições a Câmara Municipal de atender suas funhções legislativas e fiscalizadoras, mediante um aparelho adequado na elaboração de leis e Decretos e outros instrumentos pertinentes ao Processo Legislativo
01.02	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito	Manter as atividades do Gabinete do Prefeito dando con dições adequadas para o desempenho das atribuições do Executivo
01.03	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Finanças	Estabelecer condições básicas de estrutura administrativa para o funcionamento das demais secretarias
01.04	Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação Gultura e Esportes	Desenvolver condições para manutenção das Escolas Municipais
01.05	Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde	Propiciar condições básicas para o atendimento aos serviços básicos do município.
01.06	Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	Propiciar condições para manter os serviços básicos de saneamento do município bem como condições para desenvolver obras a cargo da secretaria.
01.07	Manutenção das Atividades da Secretaria de Ação Social	Implementar aas ações na área social desenvolvidas quer seja pelo Governo Estadual ou Federal
01.08	Reestruturação Administrativa	A Administração Municipal requer sua modernização face as novas diretrizes constitucionais, motivo pelo qual é necessário uma reestruturação Administrativa
01.09	Encargos Gerais do Município	Dotar os recursos para atendimento as amortizações das dívidas contratadas do município



Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594
CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS

01.10	Implantação dos Serviços de Informática	Implementar a implantação da informática nos serviços do município, dando maior agilidade administrativa
01.11	Aperfeiçoamento de recursos humanos do município	Melhoria de habilitação do pessoal nas mais diversas áreas da administração pública, dando condições para melhor desempenho de suas atribuições
01.12	Atendimento Médico-Odontológico na área Educacional	Prestar atendimento Médico-Odontológico aos educandos visando melhor desenvolvimento físico e, em consequência melhorando o aproveitamento escolar
01.13	Manutenção do Sistema SUS	Implementar com recursos municipais as ações do Sistema SUS
01.14	Aquisição de Farmácias Básicas	Propiciar aos mais carentes o acesso aos medicamentos básicos
01.15	Campanhas de vacinação para erradicação de doenças transmissíveis	Complementar as ações de outras esferas de Governo ou desenvol ver programas próprios de vacinação
01.16	Sistema de Saneamento Básico	Prover o município de saneamento básico visando a melhoria das condições saúde e higiene
01.17	Manutenção dos Sistema de Vigilância Sanitária	Atender as necessidades da população quanto a saúde dos alimen tos e higiene dos estabelecimentos
01.18	Programas de incentivo ao esporte amador	Desenvolver o esporte amador em várias modalidades propiciando um melhor desenvolvimento físico a juventude
01.19	Manutenção da Comissão Municipal de Esportes	Dotar a Comissão Municipal de Esportes de meios para o desenvolvimento de suas atividades
01.20	Construção de parques Infantis em Bairros e Distritos	Oferecer as crianças locais apropriados ao lazer, recreação e convivência social
01.21	Construção de Creches	Oferecer melhores condições as crianças de mães que tenham que concorrer com o seu trabalho
01.22	Construção de casas por mutirão	Propiciar condições de moradia a população carente
01.23	Campanhas de promoção para carentes	Desenvolver junto a comunidade campanhas promocionais para melhoria de vida de pessoas carentes do município.



Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 - LADÁRIO - MS

01.25	Construção de praças e logradouros em	
	Bairros e Distritos	Dotar os logradouros públicos, os Bairros e Distritos em condições para lazer e entretimento
01.26	Manutenção das Estradas Vicinais	Permitir condições de manutenção e expansão das estradas vicinais do município
01.27	Manutenção e ampliação do Parque Rodoviário	Permitir ao Poder Executivo os recursos para a manutenção e aquisição de maquinários para atendimento dos interesses municipais
01.28	Melhorias nos acessos ao propriedades rurais e Estradas Vicinais	Dentro das possibilidades atender aos proprietários rurais na melhoria dos acessos as suas propriedades
01.29	Complementação da Merenda Escolar	Prover meios para suprir eventuais falhas nos sistemas nacional de merenda escolar e melhorar suas condições de fornecimento
01.30	Manutenção das Escolas Municipais	Permitir ao Excutivo Municipal condições de prover a permanente assitência e manutenção da Rede Escolar Municipal
01.31	Programa de Afabetização de Joves e Adultos	Dotar as escolas municipais meios para o funcionamento de cursos que possibilitem aos jovens e adultos a alfabetização
01.32	Cursos profissionalizantes para menores	Propiciar melhores condições de mão-de-obra para menores municipais
01.33	Cursos de reciclagem e capacitação na área educacional	Propiciar melhores qualificações para o Corpo Docente
01.34	Urbanização de Logradouros Públicos	Complementar a arborização nas vias urbanas e praças públicas e promover construção de calçadas Urbanização e construção da praça no final da Rua Dom Pedro II.
01.35	Pavimentação de Vias Urbanas	Prover meios o Poder Executivo Municipal para a execução de um plano de pavimentação que seja viável para o município Pavimentação de acesso do Porto entre as Ruas Dom Pedro II e Conde Azambuja.
01.36	Manutenção de serviços básicos da cidade	Suprimento permanente de necessidade para a manutenção de serviços básicos da cidade, propiciando atendimento e melhoria
01.37	Aquisição de Equipamentos de limpeza pública	Provimento de recursos próprios para manutenção da estrutura de limpeza urbana
01.38	Programa de conservação Ambiental	Desenvolver atividades no sentido de educar os investimentos

na manutenção e controle do meio ambiente



PALÁCIO DAS GARÇAS RUA CORUMBÁ QD. 28 — CEP 79370-000

PROJETO DE LEI № 005/94 (Lli nº 576/94)

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 1995 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Re eouissons de justica, Economio e Redocas e orça mento e finoncos poro dar paran no pruzo lugol. 22/08/94

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

ARTIGO 1º - Ficam estabelecidas nos termos desta <mark>lei as</mark>
DIRETRIZES GERAIS, para a elaboração do Orçamento
Geral do Município, relativo ao exercício de 1995, no
âmbito da esfera do GOVERNO MUNICIPAL.

ARTIGO 2º - No Projeto de Lei Orçamentária, as receitas e despesas serão orçadas segundo os preços estimados de acordo com a variação prevista. levando em consideração os índices de crescimento do últimos três exercícios financeiros, como também as tendências do presente exercício, os serviços públicos necessários, as revisões tributárias decorrentes da legislação em vigor.

PARÁGRAFO 1º - As unidades orçamentárias proj<mark>etarão</mark> suas despesas correntes até o limit<mark>e</mark> fixado para o exercício a preços d<mark>e</mark> julho/94, considerando-se o aumento <mark>ou</mark> a diminuições de serviços.

PARÁGRAFO 2º - A Lei Orçamentária estimará os valores da Receita e fixará os valores das Despesas a preços de julho de 1994 e aplicará o índice de reajuste correspondente a variação do INPC/IBGE Indice Nacional de Freços ao Consumidor do IBGE ou outro índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal para apuração da inflação, ocorrida no período de julho a dezembro de 1994.

PARÁGRAFO 3º - As dotações consignadas a fundos especiais e fundações de Ladário,

Deeburn 8-94

Occepia 194

· ALTERACÕES DA LDC



CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — L A D Á R I O — M S

obedecerão as normas do presente artigo e seus parágrafos.

- ARTIGO 3º As despesas com Pessoal e Encargos Sociais ficarão sujeitos aos limites estabelecidos na Constituição Federal, em seu Artigo 169, combinado com o Artigo 38 das Disposições Constitucionais Transitórias.
- ARTIGO 4º As despesas de Custeio não poderão ter aumento su perior a variação do índice oficial de inflação em relação a despesa estimada para 1.994, salvo no caso de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade ou de novas atribuições recebidas no exercício de 1.994 ou no decorrer de 1.995.
 - PARÁGRAFO 1º Ressalvados os casos de transferên cias a entidades sem fins lucrativos, devidamente cadastradas no Conselho Nacional de Serviços Social, no Esta do e reconhecidas de Utilidade Pública, devidamente decretados pelo Prefeito, observando-se as disposições do Artigo 190 da Constituição Federal e no Parágrafo 2º do Artigo 176 da Constituição Estadual e demais dispositivos da Lei Orgânica do Município.
 - PARÁGRAFO 2º A despesa com cooperação técnica e financeira ou contra-partida em convênios, far-se-á em categoria de programação específica, classificadas esclusivamente como transferências inter-governamentais ou nas dotações próprias, se o patrimônio for conduzido ao acervo municipal.
- ARTIGO 5º O orçamento do município conterá, obrigatoriamente:

 PARÁGRAFO 1º Recursos destinados ao pagamento dos serviços da dívida municipal.



PALÁCIO DAS GARÇAS RUA CORUMBÁ QD. 28 — CEP 79370-000

PARÁGRAFO 2º - Recursos destinados ao poder Judiciário, para o cumprimento do que dispõe o artigo 100 e parágrafos da Constituição da República.

PARÁGRAFO 3º - Recursos destinados ao pagamento das obrigações patronais inerentes a seu quadro de pessoal, assimbentendido, Servidores Públicos Municipais e funcionários Públicos Municipais.

- ARTIGO 6º O orçamento fiscal, abrangerá os poderes <mark>do</mark> município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.
- ARTIGO 79 O montante das despesas do orçamento fiscal, não deverá ser superior ao das receitas.
 - PARÁGRAFO ÚNICO As despesas poderão excepcionalmente decorrer do exercício, superar as receitas, desde que o excesso das despesas sejam financiados por operações de créditos, nos termos do Artigo 167, Inciso III da Constituição Federal ou pela ocorrência do provável excesso de arrecadação prevista na legislação federal pertinente.
- ARTIGO 8º Para efeito do disposto no Artigo 169, parágrafo único da Constituição Federal, fica estabelecido que as despesas com Pessoal e Encargos Sociais respeitarão o limite fixado no Artigo 38 das Disposições Constitucionais Transitórias.
- ARTIGO 9º Ao município compete a arrecadação de todos os tributos instituídos e determinados nas Constituições Federal, Estadual e na Lei Orgânica do Município. □
- ARTIGO 10º- As transferências a entidades privadas, sem fins lucrativos, somente terão recursos inclusos na Lei Orçamentária Anual desde que:





PALÁCIO DAS GARÇAS RUA CORUMBÁ QD. 28 — CEP 79370-000

VI - Recuperação dos investimentos através da cobrança da Contribuição de Melhoria, determinada em Lei: Dívida Ativa Tributária e Não Tributária.

VII - Cobrança através das taxas de serviços prestados ou do exercício do Poder da Polícia, de custos autorizados em acordo com o direcionamento das despesas aplicadas na prestação dos serviços e nas demais atividades vinculadas aos contribuintes imobiliários, prestadores de serviços, comércio e indústria em geral.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORCAMENTARIA

- ARTIGO 16º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação do Orçamento Fiscal, a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação (projeto/atividade), indicando-se pelo menos, para cada uma, no seu menor nível:
 - I O orçamento a que pertence;
 - II A natureza das despesas, obedecendo as seguintes classificações:

a) Despesas Correntes

- 1 Pessoal e encargos sociais;
- 2 Material de Consumo;
- 3 Serviços de terceiros e encargos;
- 4 Juros e encargos da dívida;
- 5 Outras despesas correntes, transferências; com clasificações;

b) Despesas de Capital

- 1 Investimentos;
- 2 Inversões Finaceiras;
- 3 Amortizações das Dívidas;
- 4 Outras despesas de capital, transferências, com classificações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A classificação a que se refere o inciso II, do caput deste artigo, corresponderá aos agrupamentos dos elementos de natureza da





PALÂCIO DAS GARÇAS RUA CORUMBÁ QD. 28 — CEP 79370-000

despesa, conforme a estrutura Orgânica do Município, definida na lei Orçamentária Anual;

PARÁGRAFO SEGUNDO — As despesas e receita do orçamento fiscal serão apresentadas de forma sintética e agregada evidenciando o déficit ou superavit corrente, e o total do orçamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Lei Orçamentária Anual incluirá dentre outros os demonstrativos:

- I Das receitas do orçamento fiscal obedecido ao previsto no artigo 2^{Ω} , parágrafo 1^{Ω} da Lei 4.320 de 17 de março de 1964;
- II Dos recursos a amparar o cumprimento do desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no artigo 212, da Constituição Federal vigente, acatando integralmente o que determina a Lei Orgânica do Município no tocante ao ensino.
- a) Distribuição de material didático:
- c) Reforma, construção e ampliação das escolas;
- d) Fornecimento de bolsas de estudo;
- e) Transporte gratuito;
- f) Merenda escolar;
- g) Implantação gradual de pré-escolas e creches.
- III Dos recursos a serem repassados ao Fundo Municipal de Saúde, acatando os preceitos da Lei Orgânica do Município, além da estimativa dos recursos provenientes da prestação de serviços pelo sistema de saúde.
- a) Garantia de tratamentop odontológico noturno à classe trabalhadora em geral.
- b) Proporcionar assitência farmacêutica básica à população carente em programas definidos.

PARÁGRAFO QUARTO - Além do disposto no caput deste artigo o resumo geral da despesas, do orçamento fiscal, será apresentado na forma do anexo 2, da lei 4.320/64 ou na forma determianda pela legislação complementar federal.

"ALTERAÇÕES DA LDO





CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594

CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS

PARÁGRAFO QUINTO - As categorias de programações serão identificadas segundo os órgãos e unidades orçamentárias Pró programa de trabalho, consolidando as funções, programas e sub-programas, por projetos e atividades conforme o vínculo de recursos, e finalmente, por órgãos e funções.

PARÁGRAFO SEXTO - As propostas de modificações ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, bem como aos projetos de créditos adicionais a que se refere o Artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados com a forma e nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas na legislação complementar Federal, no que couber.

- ARTIGO 17º O Projeto de Lei Orçamentária Anual, será apre sentada com a forma e com o detalhamento descrito nesta lei, aplicando-se, no que couber, as de mais disposições estatuídas pela legislação complementar Federal.
- ARTIGO 18º A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal deverá:
 - I Informar os dados relacionados aos Projetos de investimentos, de forma a identificar os objetivos a serem especificados no Plano Pluria nual de Investimentos do Município.





PALÁCIO DAS GARÇAS RUA CORUMBÁ QD. 28 — CEP 79370-000

- ARTIGO 19º A abertura de créditos adicionais indicará obrigatoriamente as fontes de recursos pertinentes.
- ARTIGO 209 As prestações de contas anuais do município, incluirá relatórios de execução sintetizados, com a forma de detalhes apresentados na Lei Orçamentaria Anual.

CAPÍTULO IV DOS DISPOSICÕES GERAIS

- ARTIGO 219 O Fundo Municipal de Saúde suprirá recursos para o atendimento ao Conselho Municipal de Saúde.
- ARTIGO 22º Será elaborado para cada Fundo Especial Municipal:
 FUNDO DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
 CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, FUNDO DE SGURIDADE SOCIAL,
 FUNDO DE EDUCAÇÃO, um plano, cujo conteúdo sera o
 seguinte:
 - I Serão indicadas fontes dos recursos financeiros, determinados na lei de criação classificadas nas categorias econômicas, receita correntes e receitas de capital.
 - II Aplicação onde serão discriminadas:
 - a) As ações que serão desenvolvidas através do fundo:
 - b) Os recursos destiandos ao cumprimento das metas, das ações, classificadas sob as categorias econômicas, despesas correntes e despesas de capital.

PARÁGRAFO ÚNICO - os planos de aplicações serão parte integrante do orçamento do município.

ARTIGO 23º - O orçamento dos Fundos e Fundações observará, na sua elaboração, as normas da Lei 4320 de 17 de março de 1964, quanto as classificações a serem adotadas para suas receitas e despesas. ALTERACOES DA LDO





CÂMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

Rua Corumbá - Quadra 28 - Fone 231-7594
CEP 79370-000 — LADÁRIO — MS

- ARTIGO 24º Na elaboração do orçamento de investimentos serão observadas as diretrizes de que trata esta seção.
- ARTIGO 25º As receitas e gastos da entidade mencionada nesta seção serão estimados e programados de acordo com as do tações previstas no roçamento central.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na estimativa das receitas e gastos além dos fatores conjunturais que possam influenciar as produtividades das respectivas fontes, será considerada a acarga de trabalho estimada.

- ARTIGO 26º Ocorrendo a municipalização da exploração do serviço de água e esgoto, serão providenciados, através de au torização Legislativa, as adptações ao orçamento geral do Município.
- ARTIGO 27º Ocorrendo a criação do Fundo Municipal, instituto, autarquia ou empresa pública, deverá a lei que o instituir, estabelecer as medidas necessárias para sua ade quação ao Orçamento Programa do Município.
- ARTIGO 28º Caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação a elaboração do orçamento geral do município, articulando-se com as demais unidades que integram o Poder Executivo.
- ARTIGO 29º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e respeitada a observância das normas Federais Complementares e/ou uspervenientes.

Ladário-MS., 08 de Agosto de 1.994.

Silvio Maciel da Cruz Prefeito Municipal

Nivaldo Paes Rodujos

Therepuls Bezena alweide Vice. Presidente autoris Banquire de Moura 1º Secretario

Luig Capumo Brage





PALÁCIO DAS GARÇAS RUA CORUMBÁ QD. 28 — CEP 79370-000

METAS E PRIORIDADES

	PROGRAMAS **	OBJETIVOS
that arts after this date tally and ago		
01 01.01	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES Manutenção das Atividades Legislativas	Propiciar condições a Câmara Municipal de atender suas funhções legislativas e fiscalizadoras, mediante um aparelho adequado na elaboração de leis e Decretos e outros instrumentos pertinentes ao Processo Legislativo
20.10	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito	Manter as atividades do Gabinete do Prefeito dando con dições adequadas para o desempenho das atribuições do Executivo
01.03	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Finan <mark>ç</mark> as	Estabelecer condições básicas de estrutura administrativa para o funcionamento das demais secretarias
01.04	Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação Cultura e Esportes	Desenvolver condições para manutenção das Escola <mark>s M</mark> unicipais
01.05	Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde	Propiciar condições básicas para o atendimento aos serviços básicos do município.
01.06	Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	Propiciar condições para manter os serviços básicos de saneamento do município bem como condições para desenvolver obras a cargo da secretaria.
01.07	Manutenção das Atividades da Secretaria de Ação Social	Implementar aas ações na área social desenvolvidas quer seja pelo Governo Estadual ou Federal
01.08	Reestruturação Administrativa	A Administração Municipal requer sua modernização face as novas diretrizes constitucionais, motivo pelo qual necessário uma reestruturação Administrativa
01.09	Encargos Gerais do Município	Dotar os recursos para atendimento as amortizações das dívidas

contratadas do município





91.24

Excepcional

Programa de apoio e desenvolvimento ao

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO

PALÁCIO DAS GARÇAS RUA CORUMBA QD. 28 — CEP 79370-000

01.10	Implantação dos Serviços de Informática	Implementar a implantação da informática nos serviços do município, dando maior agilidade administrativa
01.11	Aperfeiçoamento de recursos humanos do município	Melhoria de habilitação do pessoal nas mais diversas áreas da administração pública, dando condições para melhor desempenho de suas atribuições
01.12	Atendimento Médico-Odontológico na área Educacional	Prestar atendimento Médico-Odontológico aos educandos visando melhor desenvolvimento físico e, em consequência melhorando o aproveitamento escolar
01.13	Manutenção do Sistema SUS	Implementar com recursos municipais as ações do Sistema SUS
01.14	Aquisição de Farmácias Básicas	Propiciar aos mais carentes o acesso aos medicamentos básicos
01.15	Campanhas de vacinação para erradicação de doenças transmissíveis	Complementar as ações de outras esferas de Governo ou desenvol ver programas próprios de vacinação
01.16	Sistema de Saneamento Básico	Prover o município de saneamento básico visando a melhoria das condições saúde e higiene
01.17	Manutenção dos Sistema de Vigilância Sanitária	Atender as necessidades da população quanto a saúde dos alimen tos e higiene dos estabelecimentos
01.18	Programas de incentivo ao esporte amador	Desenvolver o esporte amador em várias modalidades propiciando um melhor desenvolvimento físico a juventude
01.19	Manutenção da Comissão Municipal de Esportes	Dotar a Comissão Municipal de Esportes de meios para o desenvolvimento de suas atividades
01.20	Construção de parques Infantis em Bairros e Distritos	Oferecer as crianças locais apropriados ao lazer, recreação e convivência social
01.21	Construção de Creches	Oferecer melhores condições as crianças de mães que tenham que concorrer com o seu trabalho
91.22	Construção de casas por mutirão	Propiciar condições de moradia a população carente
01.23	Campanhas de promoção para carentes	Desenvolver junto a comunidade campanhas promocionais para melhoria de vida de pessoas carentes do município.

Excepcionais

Propiciar condições a apoio para melhor atendimento a



PALÁCIO DAS GARÇAS RUA CORUMBÁ QD. 28 — CEP 79370-000

01.25	Construção de praças e logradouros em Bairros e Distritos	Dotar os logradouros públicos, os Bairros e Distritos em condições para lazer e entretimento
01.26	Manutenção das Estradas Vicinais	Permitir condições de manutenção e expansão das estradas vicinais do município
01.27	Manutenção e ampliação do Parque Rodoviário	Permitir ao Poder Executivo os recursos para a manutenção e aquisição de maquinários para atendimento dos interesses municipais
01.28	Melhorias nos acessos ao propriedades rurais e Estradas Vicinais	Dentro das possibilidades atender aos proprietários rurais na melhoria dos acessos as suas propriedades
01.29	Complementação da Merenda Escolar	Prover meios para suprir eventuais falhas nos sistemas nacional de merenda escolar e melhorar suas condições de fornecimento
01.30	Manutenção das Escolas Municipais	Permitir ao Excutivo Municipal condições de prover a permanente assitência e manutenção da Rede Escolar Municipal
01.31	Programa de Afabetização de Joves e Adultos	Dotar as escolas municipais meios para o funcionamento de cursos que possibilitem aos jovens e adultos a alfabetização
91.38	Cursos profissionalizantes para menores	Propiciar melhores condições de mão-de-obra para menores municipais
0 1.33	Cursos de reciclagem e capacitação na área educacional	Propiciar melhores qualificações para o Corpo Docente
01.34	Urbanização de Logradouros Públicos	Complementar a arborização nas vias urbanas e praças públicas e promover construção de calçadas Urbanização e construção da praça no final da Rua Dom Pedro II.
01.35	Pavimentação de Vias Urbanas	Prover meios o Poder Executivo Municipal para a execução de um plano de pavimentação que seja viável para o município Pavimentação de acesso do Porto entre as Ruas Dom Pedro II e Conde Azambuja.
01.36	Manutenção de serviços básicos da cidade	Suprimento permanente de necessidade para a manutenção de serviços básicos da cidade, propiciando atendimento e melhoria
01.37	Aquisição de Equipamentos de limpeza pública	Provimento de recursos próprios para manutenção da estrutura de limpeza urbana
01.38	Programa de conservação Ambiental	Desenvolver atividades no sentido de educar os investimentos na manutenção e controle do meio ambiente

Just w, Economies Redocar e oncament



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO & Francos Parie

PALÁCIO DAS GARÇAS RUA CORUMBÁ QD. 28 — CEP 79370-000 or duido fins 22 108/94

AQC/AFC (GABINETE).

Of. nº 0555/GP/94 - LADÁRIO-MS., em 15 de agosto de 1.994.

Do:

Prefeito Municipal

Ao:

Exmº. Sr. Vereador - NIVALDO PAES RODRIGUES

Presidente da Câmara Municipal de Ladário

Assunto:

Remessa de Documento - Faz.

Referência:

Ofício nº 0550/GP/94, desta Prefeitura.

Anexo:

MENSAGEM № 005/94 de 15/08/94.

Senhor Presidente:

Vimos pelo presente encaminhar a V. Exa. o documento anexo, solicitando a sua juntada ao expediente referencia do que encaminhou o Projeto de Lei nº 005/94 a essa Casa Legislativa.

Ao ensejo, renovamos a V.Exª. nossos protestosº

de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Dr.SILVI MACIEL

Profeito Municipal



PALÁCIO DAS GARÇAS RUA CORUMBÁ QD. 28 — CEP 79370-000

AQC/AFC (GABINETE).

MENSAGEM Nº 005/94 - LADÁRIO-MS., em 15 de agosto de 1.994.

Do:

Prefeito Municipal

Ao:

Exmº. Sr. Vereador - NIVALDO PAES RODRIGUES
Presidente da Câmara Municipal de Ladário

Senhor Presidente;

Senhores Vereadores:

Em obediência as normas vigentes, estamos encaminhando a essa Egrégia Casa Legislativa para a apreciação e julgamento, o Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 1.995.

O presente Projeto foi elaborado em estrita observância das disposições da Constituição Federal e aos moldes da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, que regula as Receitas e Despe-1 sas dos Órgãos Públicos.

O presente Projeto de Lei traz no seu bôjo amplamente detalhado todas as ações e programas que o Poder Executivo pretende realizar no seu terceiro ano de mandato, definindo com clareza as metas, os programas e seus objetivos, que envolve desde a capacitação dos Servidores, a implementação das normas e cupacitação dos Servidores, a implementação dos tributos municipais, até as obras essenciais para a consolidação da autonomia do Municipio, bem como dotá-lo da estrutura necessária a que possa acompanhar o ritmo de inovações e modernização administrativa que os Governos Federal e Estadual estão imprimindo na Adminis tração Pública.

Como Vossas Excelências podem verificar pelo deta lhamento das Metas e Programas, a intenção do Executivo é priorizar e ampliar o seu campo de ação nas áreas da Educação, Saúde e



PALÁCIO DAS GARÇAS RUA CORUMBÁ QD. 28 — CEP 79370-000

(Continuação	da	MEN	SAG	EM	$\mathbb{M} \bar{o}$	00	5/9	4,	da	ata	da	de	е :	15,	108	8/	94	,	d	a	P	re	<u>-</u>
feitura Mun:	icir	al	de	Lac	lár	io.	• 0 0	• •	0 •	• 0 0	• •	0 0	0 0	• 0	0 •	• •	0 0	0	0 0	0	0 0	0 0)
			_			_		_	_		_	_			_						_		

Ação Social buscando recursos nas áreas competentes.

Assim, vimos submeter a apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei, colocando—nos a disposição dessa Casa para melhores esclarecimentos sobre a matéria.

Certos de que Vossas Excelências compreenderão!
os nossos objetivos, aguardamos confiantes o caminhamento e a
aprovação do presente Projeto de Lei.

Atenciosamente,

Dr.SILVIO MACIEL DA CRUZ Prefeito Municipal



PALÁCIO DAS GARÇAS RUA CORUMBÁ QD. 28 - CEP 79370-000

CLV/ZRMR (Gabinete)

Of.nº.848/GP/94 - LADÁRIO, em 13 de dezembro de 1994.-

Do:

Prefeito Municipal de Ladário.

Ao:

Exmº.Sr.Vereador NIVALDO PAES RODRIGUES

DD Presidente da Câmara Municipal.

Assunto: Remessa de Mensagem.

Anexo

Mensagem sob nº.014/94.

Senhor Presidente,

Encaminho a V.Exª. a Mensagem constante do anexo modifica o Artigo nº.30 da Lei de Diretrizes Orçamentárias enca minhada a essa Câmara pelo ofício 0550, de 10/08/94.

Ao ensejo, reitero-lhe os meus protestos de elevada ' estima e distinta consideração.

> Dr.SILVIO MACIEL/DA CRUZ Prefeito Municipal



PALÁCIO DAS GARCAS RUA CORUMBÁ QD. 28 — CEP 79370-000

CLV/ZRMR (Gabinete)

MENSAGEM Nº.014/GP/94 - LADÁRIO, em 13 de dezembro de 1994.-

Exmº.Sr. Vereador NIVALDO PAES RODRIGUES DD Presidente da Câmara Municipal de Ladário.

Sr.Presidente, Srs.Vereadores.

Venho por meio desta solicitar a esta augusta Casa de Leis uma modificação na Lei de Diretrizes Orçamentárias, enca minhado através do ofício nº.0550, no dia 10/08/94.

Tal modificação se fará por uma emenda aditiva, in corporando-se à Lei mais um artigo, sendo que o Artigo 30º passa rá a ter a seguinte redação:

"Artigo 30º - O Duodécimo da Câmara, deverá se basear na Receita efetivamente arrecadada, nunca sendo inferior a 10% da mesma".

O Artigo 31º manterá a redação original do Artigo' 30º.

JUSTIFICATIVA

A emenda solicitada visa resguardar ao Executivo, condições de poder atender ao Legislativo sempre de acordo com 'os recursos financeiros arrecadados, de tal forma que tanto o 'Executivo como o Legislativo possam trabalhar harmonicamente, sem prejuízo de um ou de outro, da mesma forma como trabalhamos nesses meses da nossa administração.

Lembro aos Srs. Vereadores que tal dispositivo que acompanha a receita realmente efetivada, fazia parte da Lei nº. 560/93 capítulo I - Art. 4º.

Desta vez, por um lapso da nossa parte não o incluimos na L.D.O. para o exercício de 95, porém fazemos agora atra - vés desta Mensagem, e solicitamos aos Srs. Vereadores a aprovação da referida emenda.

Dr.SILVIO MACIEL DA CRUZ





PALÁCIO DAS GARCAS RUA CORUMBÁ QD. 28 — CEP 79370-000

CLV/ZRMR (Gabinete)

MENSAGEM Nº.014/GP/94 - LADÁRIO, em 13 de dezembro de 1994.-

Exmº.Sr. Vereador NIVALDO PAES RODRIGUES DD Presidente da Câmara Municipal de Ladário.

Sr.Presidente, Srs.Vereadores.

Venho por meio desta solicitar a esta augusta Casa de Leis uma modificação na Lei de Diretrizes Orçamentárias, excaminhado através do ofício nº.0550, no dia 10/08/94.

Tal modificação se fará por uma emenda aditiva, in corporando-se à Lei mais um artigo, sendo que o Artigo 30º passa rá a ter a seguinte redação:

"Artigo 30º - O Duodécimo da Câmara, deverá se basear na Receita efetivamente arrecadada, nunca sendo inferior a 10% da mesma".

O Artigo 31º manterá a redação original do Artigo' 30º.

JUSTIFICATIVA

A emenda solicitada visa resguardar ao Executivo, condições de poder atender ao Legislativo sempre de acordo com 'os recursos financeiros arrecadados, de tal forma que tanto o 'Executivo como o Legislativo possam trabalhar harmonicamente, sem prejuízo de um ou de outro, da mesma forma como trabalhamos nesses meses da nossa administração.

Lembro aos Srs. Vereadores que tal dispositivo que acompanha a receita realmente efetivada, fazia parte da Lei nº. 560/93 capítulo I - Art. 4º.

Desta vez, por um lapso da nossa parte não o inclui mos na L.D.O. para o exercício de 95, porém fazemos agora através desta Mensagem, e solicitamos aos Srs. Vereadores a aprovação da referida emenda.

Dr.SILVIO MACIEL DA CRUZ



CAMARA MUNICIPAL DE LADÁRIO

Rua Ggrumba - Guadra 28 - Fono 281-7854 CEF 2820-000 - LADARIO - MS

obedecerão as hormas do presente arti-

ARTIGO 30 - As desposas com Pessoal e Encargos Sociais ficardo sujeivos dos limites estabelecidos na Copatituição rederal, em sou Artigo 169, combinado com o Artigo 38 das Diáposições Constitucionais Transitérias.

PARAGRAFO 19 - Resealvados de casos do transferás o clas a antidades sem fine in introde devidamente cadastredas no Consolno Nacional de Serviços poolal, no Esta do e reconhecidas de Utilidade Pública, devidamente dorretados poto grejo foito, observandorso es dispusições do Artigo 190 da Constituição Estados o demorso da Constituição Estados o demorso dispositivos da Lei Orgênica Consultados Sur

ARAGRAPO 20 - A despesa com cooperação isotica de financeira ou contra-partico en comprehensia far-se-á an caledona de pregramação específica, classificadas esclusivamente como Larricha es Inter-governamentais ou man do evoca proprias, se o patrimônio for conour aido ao acervo municipa.

preference que Requisos destinados ao pagamento dos

serviços da divion municipal.



PALÁCIO DAS GARÇAS RUA CORUMBÁ QD. 28 — CEP 79370-000

obedecerão as normas do presente artigo e seus parágrafos.

- ARTIGO 3º As despesas com Pessoal e Encargos Sociais ficarão sujeitos aos limites estabelecidos na Constituição Federal, em seu Artigo 169, combinado com o Artígo 38 das Disposições Constitucionais Transitórias, na Constituição Estadual, em seu Artigo 158, combinado finalmente, com o Artigo 65 da Lei Orgânica do Município.
- ARTIGO 4º As despesas de Custeio não poderão ter aumento superior a variação do índice oficial de inflação em relação a despesa estimada para 1994, salvo no caso de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade ou de novas atribuições recebidas no exercício de 1994 ou no decorrer de 1995.
 - PARÁGRAFO 1º Ressalvados os casos de transferências a entidades sem fins lucrativos, devidamente cadastradas no Conselho Nacional de Serviços Social, no Estado e reconhecidas de utilidade pública, devidamente decretados pelo Prefeito, observando-se as disposições do Artigo 190 da Constituição Federal e no Parágrafo 2º do Artigo 176 da Constituição Estadual e demais dispositivos da Lei Orgânica do Município.
 - PARÁGRAFO 2º A despesa com cooperação técnica e financeira ou contra-partida em convênios, far-se-à em categoria de programação específica, classificadas exclusivamente como transferências inter-governamentais ou nas dotações próprias, se o patrimônio for conduzido ao acervo municipal.

ARTIGO 59 - O orçamento do município conterá, obrigatoriamente:

PARÁGRAFO 1º - Recursos destinados ao pagamento dos serviços da dívida municipal.



CAMBRA MUNICIPAL DE LADARIO

ESTADO DE MATO GROSSO DO BUL Rua Corumba - Quadra 28 - Fono 281-7594 CERT 79370-000 — LADARIO — ME

PARÁGRAFO QUINTO - As categorias de programações serão identificadas segundo os érgãos e unidente organizadas pró programa do trabalho, consolis dendo as funções, programas e sub programas, pod projetos e atividadas conforme e vincelo és apécursos, e finalmente, por orçãos o funções.

PARAGRAPO SEXTO - As propostas de modificações ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, be: espesada projetos de créditos adicionais a que se retiere o Artigo 166 da Constituição Peteral, serão apresentados com a forma e aível de datalman atomos demonstrativos e as informações estabelecidas no legislação complementar Esderal, no que come her

ARTIGO 179 - O projeto de lei Orgamentária Anval, será apressentada dom a forma e com o detalhamento describ to mesta lei, aplicando-se, no que courar pas di maja disposições estatuídas pula legislação com plementar Federal.

ARTICO 180 - A mensagem que encaminhar o Projeto de lei Onçamentaria à Câmara Municipal deverás

> l de investimentos, de forma a identificar es objetivos a serem especificados no Plane Piuria: nuel de Investimentos do Município.



PALÁCIO DAS GARÇAS RUA CORUMBÁ QD. 28 — CEP 79370-000

PARÁGRAFO QUINTO — As categorias de programações serão identificadas segundo os órgãos e unidades orçamentarias pro programa de trabalho, consolidando as funções, programas e sub-programas, por projetos e atividades conforme o vínculo de recurso, e finalmente, por órgões e funções.

PARÁGRAFO SEXTO - As propostas de modificações ao Projeto de Lei Orçamentaria Anual, bem como aos projetos de créditos adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados com a forma e nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas na legislação complementar Federal, no que couber.

ARTIGO 17º - O Projeto de Lei Orçamentaria Anual, será apresentada com a forma e com o detalhamento descrito nesta lei, aplicando-se, no que couber, as demais disposições estatuídas pela legislação complementar Federal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Fica o Poder Executivo autorizado nos termos do inciso II, parágrafo 1º, art. 43 da Lei Federal nº 4320/64 a proceder o reajustamento do Orçamento geral do Município, com base na receita estimada e sua tendência de cresimento para o exercício.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Com amparo no inciso III, parágrafo 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4320/64, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação ao orçamento geral do município, até o limite de 35% das despesas provenientes de créditos suplementares e adicionais, calculado ao final do exercício financeiro, excluindo—se no cálculo os créditos suplementares abertos no exercício para cobertura de despesas com pessoal e encargos previdenciários.

ARTIGO 18º - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentaria á Câmara Municipal deverá:

I - Informar os dados relacionados aos projetos de investimentos, de forma a identificar os objetivos a serem especificados no Plano Plurianual de Investimentos do Município.

1 (1, 1)



CAMARA MUNICIPAL DI INDÉRIO

Rua Corumbia - Quadra 28 - Fone 231-7594 CEP 19676 900 - LADAS LO

- ARTIGO 240 Na elaboração do organismo de investimentos serão obadrivadas as diretrizes do ous trata unto socia-
- ARTIGO 25º As receitam e gastos da ontidada mencionada nosto seção sorão extimados e programados de acordo com asado tações provistas no recamento central.

PARAGRAPO UNICO - Na estimativa des receites e gastos além des falores conjunturais que possam influenciar as produtividades das respectivas fontes, será consit derada a aparga de trabalho estimada.

- nRTIGO 260 Ocorrendo a municipalização da exploração do serviço de água e escolo, serão providenciados, atravús de ag torização hegislativa, as adplações ao organismos gor ral do Município
- ARTIGO 270 Ocorrendo a criação do Pundo Numicipal, instituto aus targula ou empresa pública, deverá a lei que o instituir, estabelecer as medidas mecessárias para sua ada quação ao Orçanomio Programa do Município.
- ARTIGO 289 Caberá a Socretaria Municipal de Planejamento e Coordenação a plaboração do organizato garal de município, articulando-se com as demais unidades que integras o Poder Executivo.
- ARTIGO 290 Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições om contrávio e respeitada da Observância das hormas rederais Conglementares e/Gu uspervenientes.

Ladário-Ms., vs ou Agosto do 1 994

Silvio Macie) da cruz Frefeito Manielpel



PALÁCIO DAS GARÇAS RUA CORUMBÁ QD. 28 — CEP 79370-000

- ARTIGO 24º Na elaboração do orçamento de investimentos serão observadas as diretrizes de que trata esta secão.
- ARTIGO 25º As receita e gastos da entidade mencionada nesta secão serão estimados e programados de acordo com as dotações previstas no orçamento central.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na estimativa das receitas e gastos, além dos fatores conjunturais que possam influenciar as produtividades das respectivas fontes, será considerada a carga de trabalho estimada.

- ARTIGO 269 Ocorrendo a municipalização da exploração dos serviços de água e esgoto serão providenciados, através de ato legal próprio, as adaptações ao orçamento geral do município.
- ARTIGO 27º Ocorrendo a criação do Fundo Municipal, instituto, autarquia ou empresa pública, deverá a lei que o instituir, estabelecer as medidas necessárioas para sua adequação ao Orçamento Programa do Município.
- ARTIGO 28º Caberá a Secretaria Municipal de Planej<mark>amento e</mark> Coordenação a elaboração do orçamento geral <mark>do</mark> município, articulando-se com as demais unidades que integram o Poder Executivo.
- ARTIGO 29º Fixa o Legislativo e o Executivo autorizado a aplicar os recursos disponíveis em instituições financeiras onde mantíver contas movimento, para preservar o poder aquisitivo da moeda, sem prejuízo do pagamento em dia, das obrigações do órgão.
- ARTIGO 300 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario e respeitada a observância das normas Federais Complementares e/ou superveniente.

Ladário-MS, 08 de agosto de 1994.

Silvio Maciel da Cruz Prefeito Municipal